

Defendendo o Novo Mundo: A formação dos Estados latino-americanos sob a perspectiva da História Comparada e do Poder Militar

Carlos Roberto Carvalho Daróz*

Introdução

Os processos de independência das colônias ibéricas nas Américas, desencadeados na primeira metade do século XIX, ocorreram de maneira diferenciada, se considerados o Brasil e as de colonização hispânica. Na maior colônia portuguesa, a emancipação política ocorreu de forma pouco violenta, foi marcada pela continuidade e resultou na manutenção do território. Na América hispânica, contudo, os processos de independência tiveram viés revolucionário, e deram-se por sucessivas guerras de independência que promoveram, segundo Manuel Chust, uma ruptura colossal, fazendo com que um império resultasse em mais de uma dezena de repúblicas¹.

Diversos fatores, externos e próprios da dinâmica colonial, contribuíram para que as colônias hispânicas e portuguesa tivessem destinos diferentes e configurassem suas fronteiras de forma distinta. Além dos aspectos político-administrativos, sociais e econômicos, o poder militar² dos dois países ibéricos projetado em suas colônias influenciou diretamente na formação territorial dos novos países resultantes do processo de emancipação política.

O presente trabalho tem por objetivo analisar, por meio da história comparada, como o poder militar de Portugal e Espanha, inclusive de suas colônias, contribuiu para a configuração das fronteiras dos novos países latino-americanos. A abordagem comparativa entre

as Américas portuguesa e espanhola possibilita compreender os elementos estruturais a partir de experiências distintas. Nessa perspectiva, o método comparativo constitui-se uma oportunidade singular para se repensar a própria história em seus desafios e limites³.

O reformismo ilustrado

Constituídas em meio à crise das estruturas medievais, as monarquias absolutistas fundamentaram a base política de boa parte dos países europeus ao longo da Idade Moderna. Tal fato não impediu, no entanto, que, nesse mesmo período, tenham surgido movimentos contrários a esses governos. As revoluções inglesas do século XVII, por exemplo, confrontaram radicalmente o poder dos reis, destituindo o Absolutismo e consolidando a monarquia parlamentar. Tais movimentos disseminaram-se com mais intensidade no transcorrer do século XVIII, que, conhecido como o “Século das Luzes”, foi palco de intensa propagação dos ideais iluministas.

Defensores das liberdades, os filósofos iluministas atacaram fortemente as estruturas do Antigo Regime, o que resultou em interessantes transformações no interior de algumas monarquias absolutistas europeias, dando início a um movimento conhecido como *despotismo esclarecido*. Os tronos da Rússia, França, Áustria e dos países ibéricos foram os principais focos dessa redefinição política.

Durante o reinado de Dom José I, um novo ministro inspirado por doutrinas de tendência iluminista

* Cel Art R/1 (AMAN/1991; EsAO/1999). Doutorando em História Social (UFF); Mestre em História (UNIVERSO/2018); Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/2009); Professor do curso de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEEx).

empreendeu diversas mudanças na administração portuguesa. Entre 1750 e 1777, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, estabeleceu uma série de reformas modernizantes com o objetivo de melhorar a administração do Império português e aumentar as rendas obtidas através da exploração colonial. Vistas não apenas como a “promoção das Luzes”, as reformas eram uma maneira de superar o atraso do país, que ia sendo cada vez mais ultrapassado pela Inglaterra, pela França e pela Holanda⁴.

No campo militar, dentre as medidas mais importantes das reformas pombalinas, como ficaram conhecidas as ações desencadeadas por Pombal, merecem destaque as transformações promovidas pelo Conde de Lippe⁵, militar alemão contratado por Portugal para modernizar o exército do país. As primeiras medidas visaram à disciplina, procurando corrigir desvios de conduta e sanear a maior fonte de deserções e descontentamentos – o atraso no pagamento dos soldados –, que levava a tropa à mendicância para sobreviver e os oficiais a empregarem-se em casas de fidalgos e do alto clero. O recrutamento passou a obedecer ao critério regional, tanto para as forças de primeira linha (exército regular) como para os terços de auxiliares e companhias de ordenanças (milícias), estes dois últimos empregados preferencialmente como forças de guarnição. A providência de maior alcance, no entanto, foi a organização de campos de manobras e instrução, a fim de manter o exército sempre em treinamento, por meio de exercícios de tática, despertando pela emulação o decadente brio militar. Em um desses campos, perante a Família Real e o próprio Pombal, realizaram-se as primeiras manobras regulamentares feitas em Portugal⁶.

No plano ideológico, a Universidade de Coimbra constituiu-se em centro de formação de quadros para a burocracia estatal (magistrados, militares e funcionários) – os chamados “coimbrões” – desenvolvendo o pensamento ilustrado português e lançando as bases para a organização de um império luso-brasileiro⁷.

Praticamente no mesmo período, as Reformas Bourbonicas, desencadeadas durante o reinado de Carlos III (1759-1788), foram medidas administrativas e econômicas implantadas no sistema colonial espanhol visando modernizá-lo, fortalecer a monarquia e o con-

trole da metrópole sobre seus territórios no Novo Mundo. Tinham por objetivo recuperar o poder do Estado espanhol por meio de uma exploração mais racional e eficiente de suas colônias, buscando reconquistar o espaço perdido para os *criollos* na América. As reformas foram precipitadas pela necessidade de fortalecer o império hispano-americano ante a ameaça britânica, depois de revelada a crescente debilidade espanhola na Guerra dos Sete Anos.

Uma das medidas adotadas pelas reformas foi a ampliação das forças militares, motivadas pela necessidade de defender o império contra ataques de outras potências, particularmente da Grã-Bretanha; a criação de um núcleo de unidades regulares do exército, comandadas por oficiais espanhóis e reforçadas por milícias de colonos. Os gastos militares cresceram e passaram a ser a principal despesa dos vice-reinos e a maior razão do aumento dos impostos coloniais. John Lynch⁸ destaca os reflexos das Reformas Bourbonicas para a defesa das colônias americanas:

A América criou sua própria indústria de estaleiros em Cuba, Cartagena e Guaiaquil, e adquiriu uma autosuficiência global de defesa. As defesas navais e militares do México eram financiadas pelos tesouros locais, não só ativando os estaleiros, fundições de [canhões de] cobre e arsenais de armas, mas também atividades secundárias que serviam a essas indústrias.⁹

Tais reformas modernizadoras iriam provocar sensíveis mudanças no *status quo* das colônias, tanto na América portuguesa quanto na hispânica, e contribuiriam para o desencadeamento dos processos de emancipação.

Independência – novos ventos sopram na América Ibérica

A expansão napoleônica na Europa levou o exército francês a invadir a Península Ibérica em 1808, dando origem à Guerra Peninsular, um sangrento conflito que afetaria profundamente as monarquias da Espanha e de Portugal, e desempenharia o papel de catalisador das independências de suas colônias americanas.

As colônias espanholas nas Américas eram palco de inquietações desde meados do século XVIII, opondo, especialmente, os funcionários da Coroa, responsáveis pelo

governo e pela política fiscal, e a elite *criolla*, o que era agravado pelo crescente controle da metrópole sobre os negócios coloniais implantado pelas Reformas Bourbonicas.

A tensão também estava presente nas camadas populares, cada vez mais exploradas pela Coroa espanhola e pelas elites locais. Um exemplo disso foi a insurreição ocorrida em 1780 liderada por Tupac Amaru II no Vice-Reino do Peru.¹⁰

Diante de tal cenário, os *criollos* encontravam-se em um dilema: por um lado, sentiam-se explorados pelo governo imperial e, por outro, ameaçados pelas massas populares¹¹.

Napoleão, após invadir a Espanha em 1808, forçou a abdicação do rei Carlos IV e deu a Coroa a seu irmão José Bonaparte. Os espanhóis organizaram um governo de resistência em Cádiz, mas este não tinha condições de governar a metrópole, muito menos as colônias. Manuel Chust destaca a difícil situação do império espanhol:

[...] o processo ficou ainda mais complicado quando, a partir de 1808 e especialmente de 1810 até 1814, a “Monarquia” sem monarca tornou-se constitucional com o Código de 1812, sancionado pelas Cortes de Cádiz¹².

A primeira reação das elites coloniais – tanto peninsulares como *criollas* – foi organizarem juntas leais ao governo em Cádiz, entre 1808 e 1810. Em face da situação em que se encontravam, caracterizada por tensões sociais e pelo enfraquecimento da monarquia, os *criollos*, cujos interesses nem sempre coincidiam com os da metrópole, apresentavam diversas reivindicações com caráter autonomistas, não sendo atendidos em seus pleitos¹³.

A revolução dos escravos ocorrida no Haiti entre 1794 e 1804, em que muitos brancos foram massacrados e expulsos, provocou ainda mais instabilidade social junto às elites hispano-americanas, sentimento que seria partilhado também no Brasil¹⁴.

A América Hispânica, contudo, logo mergulhou no caos político, com as câmaras locais divididas e se contrapondo aos vice-reis e demais burocratas peninsulares. A partir de 1810, conflitos armados irromperam em diversas partes da América, com forte caráter revolucionário, colocando em terrenos opostos as tropas “realistas” e os exércitos libertadores.¹⁵

A Guerra Peninsular também determinou profundas mudanças em Portugal, que resultariam na independência de sua principal colônia, o Brasil. O processo de emancipação política da América Portuguesa, contudo, deu-se de maneira completamente distinta das colônias hispânicas, conforme observou Maria Odila Dias, um processo *sui generis*, caracterizado não pela ruptura, mas pela continuidade¹⁶.

Aproveitando-se do domínio de quase toda a Europa, Napoleão decretou, em 1806, o Bloqueio Continental¹⁷, visando derrotar a Inglaterra, sua principal inimiga. Devido à dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra, o príncipe-regente D. João, que substituiu sua mãe D. Maria I, afastada do trono por demência desde 1792, não acatou de imediato a imposição do bloqueio.¹⁸

Com efeito, em novembro de 1807, os franceses invadiram o território português. Atendendo a um plano já há bastante tempo gestado e aperfeiçoado pela burocracia estatal portuguesa (os “coimbrões”), e com o apoio da Inglaterra, em 1808, a Família Real portuguesa deixou Lisboa e partiu para o Brasil, modificando a sede do reino com o objetivo imediato de manter intacta a Coroa portuguesa.

Nesse novo modelo de império luso-brasileiro, D. João contribuiu para a centralização do poder na cidade do Rio de Janeiro, que passou a figurar como a nova sede da metrópole, e inverteu o estatuto colonial do Brasil¹⁹.

A vinda da Família Real representou o traslado de toda a administração de Lisboa para o Rio de Janeiro e, cedo, novos órgãos da burocracia estatal e do patrimônio cultural foram criados na nova corte. Em abril de 1808, foi criado o Arquivo Central, que reunia mapas e cartas geográficas do Brasil e projetos de obras públicas. Em maio, D. João criou a Imprensa Régia e, em setembro, surgiu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal editado na colônia. Logo vieram livros didáticos, técnicos e de poesia. Em janeiro de 1810, foi aberta a Biblioteca Real, com 60 mil volumes trazidos de Lisboa. Foram criadas a Escola de Cirurgia (1808), a Aula de Comércio (1810) e a Academia Médico-Cirúrgica (1813). A ciência também ganhou com a criação do Observatório Astronômico (1808), do Jardim Botânico (1810) e do Laboratório de Química (1818)²⁰.

Em agosto de 1820, teve início em Portugal a Revolução do Porto, que visava sobretudo ao estabelecimento de um regime constitucionalista e ao retorno de D. João, que havia permanecido no Brasil, mesmo após a derrota de Napoleão na Europa. A situação político-econômica de Portugal beirava o caos desde a transferência da Família Real para o Brasil, e a revolução era o resultado do descontentamento geral reinante na sociedade portuguesa.

Pressionado pelas cortes lusitanas, D. João, contra a sua vontade e após um período de 13 anos de permanência, em que se destacaram a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1810, e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, partiu com destino a Portugal em 1821, deixando em seu lugar, como príncipe-regente, seu filho D. Pedro.

Por exigência das tropas portuguesas estacionadas no Brasil, D. Pedro jurou observar a Constituição portuguesa, mas, ainda em 1821, diversas medidas das Cortes de Lisboa tentaram diminuir o poder do regente e pôr fim à autonomia que o Brasil adquirira. Além disso, as Cortes passaram a insistir na volta de D. Pedro para Portugal, sob o pretexto de que ele precisava completar seus estudos na Europa.

A insistência para que D. Pedro retornasse para Portugal despertou atitudes de resistência no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Sentindo que, com a volta do príncipe, seria inevitável a restituição do Brasil à condição de colônia, algumas lideranças brasileiras deram início a um movimento para pressioná-lo a permanecer no Brasil.

Em janeiro de 1822, foi entregue uma petição ao príncipe solicitando que não abandonasse o Brasil. D. Pedro aquiesceu e, desrespeitando frontalmente a deliberação das Cortes, optou por permanecer como regente, o que ficou conhecido como o “Dia do Fico”.²¹

Em face das reiteradas pressões das Cortes de Lisboa, em 7 de setembro de 1822, o príncipe declarou a independência do Brasil, concluindo o longo e cumulativo processo caracterizado pela continuidade ao longo do caminho²².

Os processos de independência tão distintos das colônias das Américas hispânica e portuguesa, caracterizados pela ruptura e pela continuidade, respectivamente, teriam reflexos diretos no campo militar, como veremos a seguir.

O poder militar e a formação dos novos territórios

Possuidor de um vasto império ultramarino, a Espanha sempre se valeu de seu poder militar para manter seus territórios coloniais, utilizando, para tal, sua bem estruturada marinha e seu exército. Todavia, em razão da extensão territorial a ser guardada e protegida contra ameaças e do tamanho do exército regular espanhol, parcela significativa da defesa das colônias era atribuída às milícias locais.

A esse respeito, John Lynch destaca que, embora a Coroa espanhola tivesse a preocupação de manter estacionadas nas colônias um mínimo de tropas europeias, a

Espanha não tinha dinheiro nem homens para manter grandes guarnições de tropas regulares na América, e dependia principalmente das milícias coloniais, que, em meados do século XVIII, foram ampliadas e reorganizadas²³.

A Guerra Peninsular agravou a questão da defesa das colônias, na medida em que a Coroa espanhola, diante da possibilidade da perda de seu território e do próprio reino, precisou direcionar o esforço de seu poder militar para a Europa, deixando as colônias praticamente a cargo das milícias locais. Para enfrentar os franceses, teve início uma forte política de recrutamento forçado, com o objetivo de completar o exército para a defesa da própria península²⁴.

Um exemplo dessa incapacidade de empregar seu poder militar para defender as colônias nas Américas ocorreu após a Batalha de Trafalgar²⁵, que deixou a monarquia espanhola praticamente sem uma Armada. Diante das constantes investidas inglesas contra o rio da Prata, os espanhóis não puderam combatê-los nas melhores condições, pois, mesmo possuindo tropas regulares para intervir na região, não dispunham de uma esquadra para transportá-los. Diante da manifesta ausência da Armada espanhola, os ingleses efetivamente ocuparam Buenos Aires em 1806²⁶.

Para estimular o alistamento nas milícias, foram concedidas aos *criollos* e aos mestiços as mesmas prerrogativas de que gozavam os militares espanhóis, o que representou um instrumento de mobilidade e ascensão

social, ao mesmo tempo em que promoveu uma “americanização” do exército colonial espanhol, inclusive entre as poucas tropas regulares desdobradas nas Américas²⁷. O estabelecimento de batalhões fixos e milícias permanentes constituiu-se em fator fundamental para explicar a perda do controle das regiões colonizadas por parte da Coroa espanhola²⁸. Ao delegar a defesa das colônias para as milícias e para as elites locais, a Espanha criou uma arma que se voltaria contra ela²⁹.

As tensões sociais e econômicas e a perda da capacidade da monarquia espanhola de controlar suas colônias americanas resultaram em movimentos de ruptura, que surgiram com caráter descentralizado e regional. As condições culturais, administrativas e geográficas existentes no período colonial favoreceram a formação de unidades regionais distintas umas das outras. A administração do império era estruturada em vice-reinados, capitânias-gerais e audiências, cada qual com organização burocrática própria e com um governante executivo. Essa estrutura fragmentada favorecia o regionalismo e um sentimento de pertencimento social local³⁰.

A extensão do território, associada a grandes acidentes geográficos dissociadores, como a cordilheira dos Andes e os rios da Amazônia e da bacia do Prata, por exemplo, também contribuíam para o fortalecimento dos regionalismos. O mesmo ocorria com as lideranças *criollas*, estabelecidas segundo uma lógica associada aos diferentes territórios.

Dentro desse quadro, as milícias seguiram o caminho natural de serem organizadas também com caráter regional, não havendo, nos primeiros anos do século XIX, uma força militar efetivamente unificada na América Hispânica. Após a inesperada e surpreendente vitória espanhola contra os franceses na Batalha de Bailén (1808)³¹, os vice-reis e os capitães-gerais interpretaram que a Coroa estava se fortalecendo, e utilizaram suas forças armadas para impor sua autoridade e defender a monarquia, acusando de “insurgentes”, “infiéis” e “traidores de lesa-majestade” muitos dos movimentos articulados pelos *criollos* em algumas juntas em busca de mais autonomia³².

Com efeito, a partir de 1810, lideranças *criollas*, como Simón Bolívar, José de San Martín, Francisco de Miranda, dentre outros, começaram a organizar exér-

citos de libertação dentro de seus próprios territórios para lutar contra o poder imperial³³. Com promessas que incluíam a abolição da escravatura e a concessão de benefícios sociais a seus soldados “patriotas”, os líderes *criollos* conseguiram reunir uma força militar capaz de obter a vitória contra a facção “realista”, resultando na libertação do jugo colonial espanhol³⁴.

No conjunto, os movimentos pela independência na América Hispânica tiveram forte caráter de guerra civil. Com o vácuo de poder na Espanha, decorrente da invasão napoleônica entre 1808 e 1815, as elites locais lutaram duramente pelo poder, esfacelando a estrutura político-administrativa dos vice-reinados e capitânias-gerais. Em todos os casos, a solução política foi o regime republicano, com exceção do México, que experimentou um muito breve período imperial.

Simón Bolívar chegou a esboçar um plano de unificação da América Espanhola, embora a base de seu pan-americanismo fosse extremamente precária. Muitas lideranças disputavam o poder com ele, com a intenção de organizarem governos regionais, dificultando a união, além da oposição dos Estados Unidos, que viam a criação de um grande país latino-americano como uma ameaça a seus interesses no continente. Em 1826, por ocasião do Congresso do Panamá, o projeto foi abandonado e a região se esfacelou em vários países.

A incapacidade da Espanha de projetar o seu poder militar sobre suas colônias e o caráter regional das milícias hispano-americanas resultaram, na classificação de Manuel Chust, em uma “ruptura colossal”³⁵, com a fragmentação territorial e a formação de mais de uma dezena de Estados.

De forma análoga ao que acontecia com os espanhóis, o império ultramarino português era, por sua extensão e dispersão geográfica, bastante vulnerável a ameaças externas. Em seus três primeiros séculos de história, o Brasil sofreu invasões francesas e holandesas, a ação de corsários em sua costa, e enfrentou uma guerra limitada no sul do território contra os espanhóis³⁶.

Em face da constante ameaça de conflito contra franceses e espanhóis, em meados do século XVIII, o rei D. João V procurou dar uma estrutura mais adequada ao Exército Português, organizando-o em três linhas. A artilharia foi estruturada como arma, tornando-se in-

dependente da infantaria. A nova organização dividia o exército em três categorias: tropas de 1ª, 2ª e 3ª linhas.

As tropas de 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em *terços*, até o reinado de D. João V, ou em *regimentos*, no século XVIII³⁷. Inicialmente, na primeira linha, a infantaria era constituída por *terços regulares* e por *terços auxiliares* (da 2ª linha), que podiam ser chamados para servir na 1ª linha em caso de necessidade; a cavalaria era dividida em companhias, enquanto a artilharia formava um corpo separado. Com a transformação dos terços em regimentos, a 1ª linha passou a ser constituída por regimentos de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia. No Brasil, os efetivos da 1ª linha variaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a necessidade e os conflitos. Em todas as situações, no entanto, o número de soldados regulares era pequeno para atender às necessidades da Colônia, ou se comparado com a 2ª linha.

As tropas de 2ª linha eram as milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos. Seus integrantes não venciam soldo, mas estavam sujeitos a um rígido código disciplinar. Organizadas também com infantaria, cavalaria e artilharia, a distribuição de unidades de 2ª linha variava muito de capitania para capitania.

A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível em face do treinamento deficiente e a organização precária. Eram comuns as queixas dos governadores e vice-reis dando conta da “falta de vocação militar do brasileiro”. Por outro lado, Martinho de Melo, secretário da Marinha e Ultramar, afirmava que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil”³⁸. Sua observação reveste-se de caráter quase profético, pois, anos mais tarde, seria justamente a milícia quem asseguraria o processo de emancipação do Brasil

As ordenanças, uma antiga instituição militar portuguesa, constituíam a 3ª linha e arregimentavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, em tese, incapazes de servir nas tropas de 1ª ou 2ª linha³⁹.

Novas reformas no sistema militar português ocorreram em 1796, com reflexo na Colônia, quando as tropas auxiliares (2ª linha) passaram a ser denominadas *regimentos de milícias*.

A vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, em consequência da invasão francesa, e a instalação da sede do Estado português no Rio de Janeiro tiveram reflexos imediatos no campo da defesa. D. João encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas. As tropas não eram instruídas adequadamente e sua distribuição geográfica não permitia o emprego eficaz em caso de necessidade. Se a situação na 1ª linha já não era das melhores, a milícia encontrava-se ainda em piores condições. Seus homens demonstravam “tão pouco apego à profissão que, quando não estavam na formatura, eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento”⁴⁰.

Diante desse cenário, D. João nomeou para a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, que fora aluno da Universidade de Coimbra. Por intermédio do novo secretário, o regente tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

Com a inversão do estatuto colonial do Brasil (NEVES, 2009, p. 104), o poder militar português passou a ser concentrado no Brasil, situação completamente oposta do que ocorreu na América Hispânica, onde as forças armadas foram direcionadas para defender a península. As reformas empreendidas pelo Conde de Linhares estabilizaram o poderio militar no Brasil, a ponto de D. João decidir empreender campanhas militares contra a Guiana e contra a Cisplatina, embora essas guerras limitadas tenham impactado negativamente as finanças do reino⁴¹.

A partir de 1815, expulsas as tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do Exército Português. A Divisão de Voluntários d’El Rei, contando com cerca de 10.000 homens, foi enviada para a

Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas, que, sob as ordens do general Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no sul do país. Para a Corte, em 1817, veio a Divisão Auxiliadora, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados a Pernambuco, Bahia e Piauí. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil⁴².

A recusa de D. Pedro de regressar a Portugal, deixando claro o seu posicionamento de insubmissão às Cortes de Lisboa, levou as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora a traçarem um plano para conduzi-lo à força para a Europa. Ciente da ameaça, D. Pedro mobilizou a milícia, composta em sua maioria por brasileiros, que garantiu a defesa do regente. Após o “Dia do Fico”, a mesma divisão provocou desordens no Rio de Janeiro, o que levou D. Pedro a enviá-la para Niterói. Mais tarde, visando à consolidação de sua posição, o regente expulsou a Divisão Auxiliadora, determinando seu retorno para a Europa⁴³.

Após a declaração de independência, em 7 de setembro de 1822, as poucas tropas regulares portuguesas estacionadas no Brasil procuraram resistir à nova situação, particularmente nas regiões onde o controle a partir do Rio de Janeiro era mais difícil. Teve início, então, uma guerra entre os portugueses e o novo exército imperial brasileiro, estabelecido com base na milícia, mas também com a adesão de oficiais e soldados portugueses que optaram pela causa da independência. No breve conflito, ocorrido no Grão-Pará, Ceará, Piauí, Bahia e Cisplatina, D. Pedro pôde empregar o poder militar, estabelecido no Brasil por seu pai a partir de 1808, para expulsar os portugueses e, em um primeiro momento, assegurar a integridade territorial do país. Portugal chegou a planejar o envio de reforços para tentar reverter a situação, mas, com o reconhecimento da independência pela Inglaterra, o plano foi abandonado⁴⁴.

O processo de emancipação política do Brasil, no entanto, não coincidiu com a consolidação da unidade nacional, que ocorreu somente alguns anos mais tarde⁴⁵. O país teve consolidada a sua independência e

definidas suas fronteiras no período regencial, na década de 1840, quando, novamente aplicando seu poder militar a partir do Rio de Janeiro, o governo imperial conseguiu sufocar diversas revoltas regionais de caráter separatista, oportunidade na qual Caxias teve atuação destacada⁴⁶.

A exceção foi a província Cisplatina, que, após uma guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, e sob os auspícios da Inglaterra, tornou-se o Uruguai, na condição de estado-tampão para limitar os interesses brasileiros na região⁴⁷. Com exceção dessa perda, o território brasileiro permaneceu íntegro, situação completamente distinta do que ocorreu com os novos países da América Hispânica.

Reflexões finais


O processo de independência das colônias espanholas e portuguesa nas Américas teve características bastante distintas, e foi motivado por diferentes fatores, inclusive no campo militar, resultando na configuração territorial dos países latino-americanos.

Foram necessários alguns conflitos pós-independências para atribuir o desenho atual das fronteiras. Na América do Norte, após uma guerra ocorrida entre 1846 e 1848, o México foi obrigado a ceder grandes regiões do norte do país para os Estados Unidos. No sul do continente, a Guerra do Paraguai (1864-1870) fez com que o Paraguai perdesse boa parte de seu território para o Brasil e para a Argentina. A Guerra do Pacífico, que confrontou o Chile e as forças conjuntas da Bolívia e do Peru, entre 1879 e 1883, fez com que a Bolívia perdesse definitivamente sua saída para o Oceano Pacífico. Na virada do século XIX para o XX, após uma revolta local, o Acre foi incorporado ao território brasileiro. Já no século XX, entre 1932 e 1935, a Bolívia e o Paraguai se enfrentaram em um conflito pela posse da região do Chaco. Em julho de 1938, os dois países aceitaram o acordo de paz firmado em Buenos Aires, estabelecendo que o Paraguai ficaria com 3/4 do território do Chaco Boreal e a Bolívia com 1/4.

Apesar dessas novas modificações pontuais nas fronteiras, a configuração territorial dos países da América Latina aproxima-se da que resultou do processo de

emancipação política das metrópoles ibéricas. As características das independências das antigas colônias espanholas e portuguesa, marcadas fortemente pela ruptura e pela continuidade, respectivamente, tiveram como consequência a fragmentação territorial dos países de origem hispânica e a manutenção da integridade do território brasileiro.

Nesse processo, as possibilidades de emprego do poder militar fizeram a diferença. A Espanha carregou seus meios para lutar contra os franceses na Península Ibérica, e deixou a defesa das colônias a cargo de milí-

cias regionais, que se voltaram contra a monarquia, sob a liderança das elites *criollas* locais, que reivindicavam por seus direitos. De forma completamente distinta, a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil trouxe junto o cerne do poder militar, que foi utilizado por D. Pedro para vencer a resistência das tropas regulares portuguesas e, durante o período regencial, pelo governo imperial, para sufocar revoltas separatistas. O resultado desse processo histórico pode ser visto nas fronteiras dos países latino-americanos até hoje. 

Referências

- ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). **História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)**, v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 7-39.
- BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **História Revista**. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315, jul/dez 2007.
- BELTRÁN, Cristina Borroguero. **Diccionario de Historia Militar: Desde los reinos medievales hasta nuestros días**. Barcelona: Ariel, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências iberoamericanas. **Revista de História**, n. 159, p. 243-262, 2º sem. 2008.
- DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. **Revista Brasileira de História Militar**, v. 11, p. 30-51, 2013.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- GOUVEIA, Maria de Fátima. Revolução e independências. Notas sobre os conceitos e os processos revolucionários na América espanhola. **Estudos Históricos**, n. 20, 1997, p. 275-294.
- GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independencia**. Madri: Mapfre, 1992.
- KUETHE, Allan. **Military reform and society in New Granada, 1773-1808**. Gainesville: University Presses of Florida, 1978.
- LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LYNCH, John. **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona: Ariel, 2008.
- MARCHENA, Juan; CHUST, Manuel (Orgs.). **Por la fuerza de las armas: Ejercito e independencias en Iberoamérica**. Castellón: Universidad Jaume I, 2007.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 179-195.

NEVES, Lúcia Bastos. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 95-136.

NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: **Aproximações, estudo de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p. 165-181.

NYE JR, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87, p. 14-27, 2001.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Notas

¹ CHUST, Manuel. Reflexões sobre as independências iberoamericanas. **Revista de História**, n. 159, p. 243-262, 2º sem. 2008, P. 261.

² Entendemos o poder militar conforme a abordagem teórica de NYE JR, Joseph S. **Soft Power: the Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004, p. 31, a qual sustenta que o poder militar é expresso por meio de ameaças, permitindo a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais, como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças. Para o autor, a força armada, enquanto pilar da influência coercitiva, constitui elemento indissociável do poder *latu sensu*.

³ BARROS, José D'Assunção. História comparada: atualidade e origens de um campo disciplinar. **História Revista**. Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315, jul/dez 2007, p. 285.

⁴ NOVAIS, Fernando Antônio. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: **Aproximações, estudo de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naif, 2005, p. 165-181.

⁵ Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe (1724-1777), conhecido em Portugal como Conde de Lippe, foi um militar e político alemão que esteve a serviço do Exército Português para reorganizá-lo. Notabilizou-se pela contribuição que deu às ciências militares, em particular à organização e administração militares.

⁶ SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

⁷ NOVAIS, op.cit.

⁸ LYNCH, John. **Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826**. Barcelona: Ariel, 2008, p. 10.

⁹ “América creó su propia industria de astilleros em Cuba, Cartagena y Guayaquil, y adquirió una autosuficiencia global em defensa. Las defensas naval y militar de México y peru eran financiados por las tesorerías locales, y este no solo activó los astilleros, fundiciones de cobre y talleres de armas, sino también actividades secundarias que servían a essas industrias.” (tradução livre do autor)

¹⁰ O líder indígena peruano José Gabriel Condorcanqui Noguera conduziu a maior rebelião anticolonial da América no século XVIII, autoproclamando-se sucessor do último imperador inca.

¹¹ LYNCH, op. cit.

¹² CHUST, op. cit., p. 248-249.

¹³ Ibid.

¹⁴ DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

- ¹⁵ Cf. GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e independéncia**. Madri: Mapfre, 1992, a ruptura se dava em termos da antiga relação pessoal e recíproca estabilidade entre o súdito e o rei, definida como uma relação binária. A noção de nação enquanto uma grande família era perdida a partir do desaparecimento da pessoa do rei.
- ¹⁶ DIAS, op. cit.
- ¹⁷ Pelo decreto de Napoleão, ficava proibido o comércio entre os países da Europa sob seu domínio com a Inglaterra. Com isso, a França buscava arruinar a poderosa economia inglesa, primeiro passo para uma posterior vitória de Bonaparte no campo militar.
- ¹⁸ Diante da hesitação do regente português, Napoleão assinou com a Espanha, sua aliada desde 1807, o Tratado de Fontainebleau, que previa a invasão de Portugal por tropas anglo-francesas, a derrubada de seu governo e o desmembramento do reino e de suas colônias.
- ¹⁹ NEVES, Lúcia Bastos. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 95-136.
- ²⁰ FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- ²¹ Na ocasião, José Clemente Pereira leu o documento para o príncipe, que teria respondido com as seguintes palavras: “*Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico*”. O episódio foi importante para o processo de independência, pois assinalou a primeira adesão pública do príncipe regente à causa brasileira.
- ²² MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 179-195.
- ²³ LYNCH, op. cit., p. 12.
- ²⁴ BELTRÁN, Cristina Borroguero. **Diccionario de Historia Militar: Desde los reinos Medievales hasta nuestros días**. Barcelona: Ariel, 2000.
- ²⁵ A **Batalha de Trafalgar** ocorreu ao largo da costa espanhola, em outubro de 1805, opondo a **esquadra inglesa** a uma **esquadra franco-espanhola**. A Marinha Real britânica saiu-se vitoriosa, causando grandes danos às forças navais francesas e espanholas. Após a derrota em Trafalgar, Napoleão Bonaparte desistiu de tentar invadir a Inglaterra, adotando outra tática contra os ingleses, a do Bloqueio Continental.
- ²⁶ CHUST, op. cit.
- ²⁷ LYNCH, op. cit.
- ²⁸ KUETHE, Allan. **Military reform and society in New Granada, 1773-1808**. Gainesville: University Presses of Florida, 1978.
- ²⁹ LYNCH, op. cit.
- ³⁰ Ibid.
- ³¹ A **Batalha de Bailén** ocorreu durante a Guerra Peninsular, nas proximidades da cidade de Bailén, Província de Jaén, Espanha, no dia 19 de julho de 1808. Na ocasião um exército francês, com cerca de 21.000 soldados, foi derrotado por forças espanholas mais numerosas (cerca de 27.000 homens), no que foi a primeira derrota militar do exército de Napoleão Bonaparte.
- ³² CHUST, op. cit.
- ³³ MARCHENA, Juan; CHUST, Manuel (Orgs.). **Por la fuerza de las armas: Ejército e independencias en Iberoamérica**. Castellón: Universidad Jaume I, 2007.
- ³⁴ GOUVEIA, Maria de Fátima. Revolução e independências. Notas sobre os conceitos e os processos revolucionários na América espanhola. **Estudos Históricos**, n. 20, 1997, p. 275-294.
- ³⁵ CHUST, op. cit.
- ³⁶ Cf. José Murilo de Carvalho (1999), a “guerra com os índios e a defesa da colônia contra a ameaça de outras potências, sobretudo a Espanha, a Holanda e a França, eram tarefas custosas que deixavam poucos recursos para investir na exploração dos novos territórios, pelo menos até a descoberta do ouro ao final do século XVII. Por um período de 60 anos (1580-1640), a autonomia da metrópole desapareceu sob o domínio espanhol. Durante esse período, os holandeses ocuparam a parte mais rica da colônia. Libertar-se da Espanha e expulsar os holandeses foram tarefas adicionais que exauriram ainda mais a metrópole.”
- ³⁷ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- ³⁸ RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n. 87,

p. 14-27, 2001, p. 21.

³⁹ DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. A milícia em armas: o soldado brasileiro da guerra de independência. **Revista Brasileira de História Militar**, v. 11, p. 30-51, 2013.

⁴⁰ LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 288.

⁴¹ DIAS, op.cit.

⁴² DARÓZ, op. cit.

⁴³ ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). **História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930)**, v. 4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 7-39.

⁴⁴ NEVES, op. cit.

⁴⁵ DIAS, op. cit.

⁴⁶ MAXWELL, op. cit.

⁴⁷ Ibid.